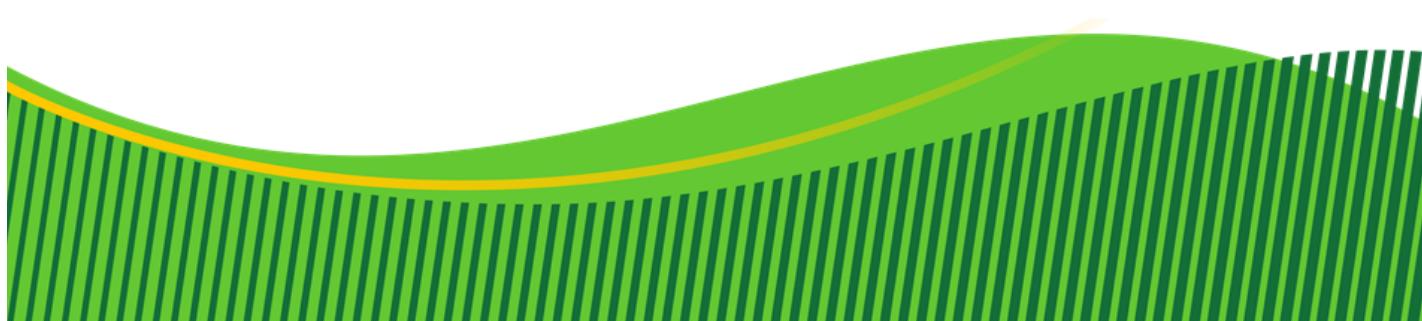


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento União Paraná/São Paulo -
Sicredi União PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90040-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com
Building a better
working world

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União
PR/SP
Maringá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		1.894.124	1.682.803	CIRCULANTE		1.025.020	813.999
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	48.205	47.454	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	369.469	289.921
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		779.956	724.667	Depósitos à Vista		320.391	249.912
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		48	35	Depósitos Interfinanceiros		1.005	2.982
Depósitos no Banco Central		-	3.179	Depósitos a Prazo		48.073	37.027
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural		366	306	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		483.604	389.392
Correspondentes no país		424	519	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		86	11
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	779.118	720.628	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	483.518	389.381
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	925.750	807.032	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.920	2.607
Operações de Crédito		980.576	867.413	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.920	2.607
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(54.826)	(60.381)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	17.593	14.103
OUTROS CRÉDITOS		98.372	83.556	Empréstimos País - Outras Instituições		17.593	14.103
Créditos por Avais e Fianças Honrados		649	385	OUTRAS OBRIGAÇÕES		151.434	117.976
Rendas a Receber		4.919	4.276	Cobrança e Arrecadação de Tributos		741	346
Diversos	(NOTA 07)	94.215	80.007	Sociais e Estatutárias		4.397	3.719
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1.411)	(1.112)	Fiscais e Previdenciárias		3.856	3.754
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	41.841	20.094	Diversas	(NOTA 14)	142.440	110.157
Outros Valores e Bens		42.299	20.469				
(Provisão para desvalorização)		(494)	(472)				
Despesas Antecipadas		36	97				
NÃO CIRCULANTE		552.390	381.674	NÃO CIRCULANTE		1.103.956	990.242
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		552.390	381.674	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.103.956	990.242
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	5.028	2.490	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	1.019.833	928.006
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.028	2.490	Depósitos a Prazo		1.019.833	928.006
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	415.250	279.262	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	84.123	62.236
Operações de Crédito		438.762	306.615	Repasses Interfinanceiros		84.123	62.236
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(23.512)	(27.353)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	6.890	1.480	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		317.538	260.236
Diversos		6.983	1.487	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	177.497	153.626
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(93)	(7)	De Domiciliados no País		184.980	163.225
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	46.218	40.523	(Capital a Realizar)		(7.483)	(9.599)
Outros Investimentos		46.218	40.523	RESERVAS DE SOBRAS		135.683	103.309
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	65.855	46.189	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.358	3.301
Imóveis de Uso		28.413	8.933				
Outras Imobilizações de Uso		68.618	61.901				
(Depreciação acumulada)		(31.176)	(24.645)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	13.149	11.730				
Outros Ativos Intangíveis		24.431	20.029				
(Amortização acumulada)		(11.282)	(8.299)				
TOTAL DO ATIVO		2.446.514	2.064.477	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.446.514	2.064.477

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	158.031	-	158.031	309.661	-	309.661	286.856	52	286.908
Operações de Crédito	157.800	-	157.800	309.202	-	309.202	284.786	52	284.838
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	166	-	166	338	-	338	1.919	-	1.919
Resultado das Aplicações Compulsórias	65	-	65	121	-	121	151	-	151
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(81.194)	(2.258)	(83.452)	(178.684)	(4.011)	(182.695)	(216.331)	(2.406)	(218.737)
Operações de Captação no Mercado	(40.326)	(114)	(40.440)	(94.203)	(216)	(94.419)	(113.945)	(300)	(114.245)
Operações de Empréstimos e Repasses	(17.533)	(2.144)	(19.677)	(34.576)	(3.795)	(38.371)	(28.806)	(2.106)	(30.912)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.335)	-	(23.335)	(49.905)	-	(49.905)	(73.580)	-	(73.580)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	76.837	(2.258)	74.579	130.977	(4.011)	126.966	70.525	(2.354)	68.171
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(54.427)	8.769	(45.658)	(91.265)	17.591	(73.674)	(49.464)	17.285	(32.179)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	13.031	25.292	38.323	24.690	46.434	71.124	20.059	33.763	53.822
Rendas de Tarifas Bancárias	13.381	-	13.381	25.510	-	25.510	22.403	4	22.407
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(43.178)	(5.291)	(48.469)	(82.989)	(9.161)	(92.150)	(76.138)	(5.698)	(81.836)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(45.774)	(7.226)	(53.000)	(90.976)	(13.154)	(104.130)	(79.908)	(8.347)	(88.255)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(505)	(2.193)	(2.698)	(1.233)	(3.360)	(4.593)	(709)	(2.832)	(3.541)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	37.422	642	38.064	87.753	967	88.720	112.774	2.496	115.270
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(28.804)	(2.455)	(31.259)	(54.020)	(4.135)	(58.155)	(47.945)	(2.101)	(50.046)
RESULTADO OPERACIONAL	22.410	6.511	28.921	39.712	13.580	53.292	21.061	14.931	35.992
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	79	734	813	(104)	820	716	209	43	252
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	22.489	7.245	29.734	39.608	14.400	54.008	21.270	14.974	36.244
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	2.691	2.691	-	-	-	-	(165)	(165)
Provisão para Imposto de Renda	-	1.594	1.594	-	-	-	-	(92)	(92)
Provisão para Contribuição Social	-	1.097	1.097	-	-	-	-	(73)	(73)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	22.489	9.936	32.425	39.608	14.400	54.008	21.270	14.809	36.079
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	14.400	(14.400)	-	14.809	(14.809)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	22.489	9.936	32.425	54.008	-	54.008	36.079	-	36.079
DESTINAÇÕES	-	-	-	(49.650)	-	(49.650)	(32.778)	-	(32.778)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(15.823)	-	(15.823)	(14.070)	-	(14.070)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.453)	-	(1.453)	(1.101)	-	(1.101)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(23.243)	-	(23.243)	(17.607)	-	(17.607)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(9.131)	-	(9.131)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.358	-	4.358	3.301	-	3.301

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	139.713	85.702	-	1.247	226.662
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.246	-	-	(1.246)	-
Outras destinações	-	-	-	(1)	(1)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	13.799	-	-	-	13.799
Baixas de capital	(14.841)	-	-	-	(14.841)
Resultado do período	-	-	-	36.079	36.079
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.101)	(1.101)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.607	-	(17.607)	-
Juros sobre o Capital Próprio	13.709	-	-	(14.070)	(361)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	153.626	103.309	-	3.301	260.236
Mutações do Período	13.913	17.607	-	2.054	33.574
Saldos no início do período em 01/01/2017	153.626	103.309	-	3.301	260.236
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.297	-	-	(3.297)	-
Outras destinações	-	-	-	(4)	(4)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	14.419	-	-	-	14.419
Baixas de capital	(9.271)	-	-	-	(9.271)
Resultado do período	-	-	-	54.008	54.008
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.453)	(1.453)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.338	2.905	(23.243)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.426	-	-	(15.823)	(397)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	9.131	(9.131)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	177.497	123.647	12.036	4.358	317.538
Mutações do Período	23.871	20.338	12.036	1.057	57.302
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	157.372	103.309	-	21.583	282.264
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	7.313	-	-	-	7.313
Baixas de capital	(2.614)	-	-	-	(2.614)
Resultado do período	-	-	-	32.425	32.425
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.453)	(1.453)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.338	2.905	(23.243)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.426	-	-	(15.823)	(397)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	9.131	(9.131)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	177.497	123.647	12.036	4.358	317.538
Mutações do Período	20.125	20.338	12.036	(17.225)	35.274

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	31.931	54.192	66.198
Resultado do semestre/exercício	32.425	54.008	36.079
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(494)	184	30.119
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(4.352)	(9.396)	22.669
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(44)	22	15
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	453	385	(1.459)
Depreciação do imobilizado de uso	3.626	7.119	6.372
Amortização do intangível	1.484	2.982	1.747
Baixas do ativo permanente	61	229	1.169
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	115	(259)	49
Destinações ao FATES	(1.453)	(1.453)	(1.101)
Dividendos SicrediPar	(384)	555	658
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	38.617	37.413	94.574
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.366)	(2.538)	3.762
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	21.274	(13)	12
(Aumento) Redução em créditos vinculados	2.747	3.120	(2.960)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(69)	95	63
(Aumento) em operações de crédito	(206.772)	(245.310)	(176.369)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	127.890	116.099	51.587
(Aumento) em outros créditos	(16.832)	(21.165)	(26.649)
(Aumento) em outros valores e bens	(6.732)	(21.769)	(11.928)
Aumento em depósitos	61.573	171.375	226.126
Aumento em relações interdependências passivas	869	312	405
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	733	3.490	4.169
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(1.101)	(416)
Aumento em outras obrigações	55.302	34.818	26.772
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	70.548	91.605	160.772
Aquisição de Investimentos	-	(5.696)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(20.381)	(27.014)	(13.375)
Aplicações no Intangível	(2.531)	(4.401)	(3.566)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(22.912)	(37.111)	(16.941)
Integralização de capital	7.313	14.419	13.799
Baixa de capital	(2.614)	(9.271)	(14.841)
Juros ao capital próprio	(397)	(397)	(361)
Distribuição de Sobras	-	(4)	(1)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	4.302	4.747	(1.404)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	51.938	59.241	142.427
Caixa e equivalente de caixa no início do período	775.385	768.082	625.655
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	827.323	827.323	768.082

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/09/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(219.285)	548	(218.737)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(74.128)	548	(73.580)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(88.829)	574	(88.255)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(48.924)	(1.122)	(50.046)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

I) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	48.205	47.454
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	779.118	720.628
Total	827.323	768.082

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.028	2.490
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.028	2.490
Total realizável a longo prazo	5.028	2.490

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	475.839	340.950	816.789	686.990
Financiamentos	10.952	9.070	20.022	18.999
Financiamentos rurais e agroindustriais	493.785	88.742	582.527	468.039
Carteira total	980.576	438.762	1.419.338	1.174.028

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	649	-	649	385
Devedores por compra de valores e bens	3.204	6.974	10.178	2.503
Títulos e créditos a receber (i)	72.161	9	72.170	51.505
Total	76.014	6.983	82.997	54.393

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	122	10	-	-
Nível A	0,50	793.013	833.248	3.965	4.166
Nível B	1,00	450.047	172.225	4.501	1.722
Nível C	3,00	114.267	69.569	3.434	2.087
Nível D	10,00	60.267	51.968	6.028	5.197
Nível E	30,00	20.537	21.550	6.161	6.465
Nível F	50,00	13.147	16.786	6.575	8.393
Nível G	70,00	5.858	7.472	4.101	5.230
Nível H	100,00	45.077	55.593	45.077	55.593
Total (i)		1.502.335	1.228.421	79.842	88.853

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	22.171	149.296	171.827	253.340	596.634
Rural	6.310	87.137	400.338	88.742	582.527
Industrial	1.632	14.357	17.623	20.675	54.287
Comércio	4.375	45.855	44.121	35.153	129.504
Outros Serviços	3.879	38.179	49.490	47.835	139.383
Total	38.367	334.824	683.399	445.745	1.502.335
					1.228.421

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	86.117	5,73	72.609	5,91
50 devedores seguintes	122.133	8,13	132.211	10,76
100 devedores seguintes	131.773	8,77	120.850	9,84
Demais	1.162.312	77,37	902.751	73,49
Total	1.502.335	100	1.228.421	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	88.853	67.643
Constituição de provisão	49.905	73.580
Movimentação de baixados para prejuízo	(58.916)	(52.370)
Saldo final	79.842	88.853

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 18.984 (2016 - R\$ 20.618), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 85.991 (2016 - R\$ 37.149).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	717	788
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	6.763	6.539
Devedores por compra de valores e bens	3.204	1.022
Devedores por depósitos em garantia	2.755	3.471
Impostos e contribuições a compensar (ii)	2.456	10.982
Títulos e créditos a receber	72.161	51.499
Valores honrados	490	795
Cotas de consórcio	238	64
Devedores por convênios	770	578
Operações com cartões	278	234
Pendências a regularizar	2.600	1.097
Outros	1.783	2.938
Total Circulante	94.215	80.007
Devedores por compra de valores e bens	6.974	1.481
Títulos e créditos a receber	9	6
Total realizável a longo prazo	6.983	1.487

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se basicamente ao processo judicial transitado em julgado, cuja a decisão do STJ pela constitucionalidade da contribuição previdenciária sobre as verbas trabalhistas indenizatórias (adicional de 1/3 de férias, aos 15 primeiros dias de auxílio doença e ao aviso prévio indenizado).

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	41.833	19.681
Imóveis	40.119	17.328
Veículos e afins	332	1.292
Máquinas e equipamentos	128	-
Bens em regime especial	1.254	1.061
Material em estoque	466	788
Despesas antecipadas	36	97
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(494)	(472)
Total Circulante	41.841	20.094

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 494 (2016 - R\$ 472) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	25.221	19.782
Sicredi Participações S.A.	20.995	20.739
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	46.218	40.523

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	6.807.741 ON 14.187.492 PN	6.724.487 ON 14.013.824 PN	2	2	25.220.886	19.782.260
Percentual de participação	2,40%	2,39%	1,22%	1,27%	13,14%	12,45%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	20.995	20.739	2	2	25.221	19.782

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	97.031	(31.176)	65.855	46.189
Imobilizações em curso	-	772	-	772	-
Terrenos	-	27.253	-	27.253	7.772
Edificações	4%	1.160	(123)	1.037	1.084
Instalações	10%	30.807	(11.353)	19.454	19.580
Móveis e equipamentos de uso	10%	14.724	(6.308)	8.416	8.818
Sistema de comunicação	10%	759	(391)	368	396
Sistema de processamento de dados	20%	15.261	(10.151)	5.110	5.154
Sistema de segurança	10%	3.941	(1.619)	2.322	1.851
Sistema de transporte	20%	2.354	(1.231)	1.123	1.534
Intangível (i)		24.431	(11.282)	13.149	11.730
Investimentos Confederação		24.431	(11.282)	13.149	11.730
Total		121.462	(42.458)	79.004	57.919

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	320.391	-	-	320.391	249.912
Depósitos Interfinanceiros	1.005	-	-	1.005	2.982
Depósitos a prazo	18.230	29.843	1.019.833	1.067.906	965.033
Total	339.626	29.843	1.019.833	1.389.302	1.217.927

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	483.518	389.381
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	483.518	389.381
Total circulante	483.518	389.381
Recursos do Crédito Rural	84.123	62.236
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	84.123	62.236
Total exigível a longo prazo	84.123	62.236

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 15/12/2025, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	17.593	14.103
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	17.593	14.103
Total circulante	17.593	14.103

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	31.054	27.156
Obrigações por convênios oficiais	26	1
Provisão para pagamentos a efetuar	18.215	16.143
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	3.850	4.109
Outras Contingências	-	3
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	6.835	4.650
Pendências a regularizar	161	394
Operações com cartões	70.496	48.648
Demais fornecedores	3.694	3.037
Credores diversos	8.109	6.016
Total circulante	142.440	110.157

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	3.461	1.398	(1.777)	3.082
Cível	626	495	(375)	746
Tributária	22	-	-	22
Total	4.109	1.893	(2.152)	3.850

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	3.082	3.461
Cível	Provável	746	626
Tributária	Provável	22	22
Total		3.850	4.109

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 5.365; R\$ 2.883 e R\$ 40 (2016 - R\$ 127; R\$ 1.797 e R\$ 48), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	177.497	153.626
Total de associados	170.376	138.326

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 23.871 (2016 – R\$ 13.913), sendo R\$ 18.723 (2016 – R\$ 14.955) via integralização de resultados e R\$ 14.419 (2016 – R\$ 13.799), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 9.271 (2016 – R\$ 14.841).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10% em Conta Capital, no montante de R\$ 15.823, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	54.008	36.244
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(22.683)	(15.222)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	-	3
Provisão resgate de milhas cartão	197	38
Provisão PPR	135	119
Receita com atos cooperativos	16.635	8.933
Juros sobre capital próprio	6.646	5.909
Outros	(930)	55
Subtotal	22.683	15.057
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(165)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	5.028	2.490
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	779.118	720.628
Outros Créditos - Rendas a receber	3.543	2.656
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	7.695	7.733
Investimentos (Nota 09)	46.218	40.523
Intangível (Nota 10)	13.149	11.730
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	1.005	2.982
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	567.641	451.617
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	17.593	14.103
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	69.977	47.881
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	338	1.919
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	17.701	12.930
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	74.116	87.778
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	78	562
Operações de Empréstimos e Repasses	38.371	30.912
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	4.869	3.971
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	31.575	24.650

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	221	0,07%	177
Depósitos a prazo	6.883	0,64%	5.804
Operações de crédito	6.412	0,45%	6.014

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	5.197	4.623

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	2.126	2.113
Despesa de aluguéis	9.320	8.098
Despesa de comunicação	5.544	4.384
Despesa de manutenção e conservação	5.831	4.768
Despesa de material	1.770	1.887
Despesa processamento dados	2.274	1.314
Despesa de promoções e relações públicas	12.115	9.218
Despesa de propaganda e publicidade	2.051	1.986
Despesa de seguro	800	669
Despesa de serviços do sistema financeiro	8.839	7.265
Despesa de serviços de terceiros	7.832	6.615
Despesa de serviços de vigilância e segurança	7.228	6.718
Despesa de serviços de técnicos especializados	7.035	5.784
Despesa de serviços de transpostes	7.095	5.950
Despesa de viagem	4.087	3.477
Outras despesas administrativas	20.183	18.009
Total	104.130	88.255

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	6.216	13.403
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	72.131	85.143
Reversão de provisões operacionais	7.553	9.821
Outras rendas operacionais	2.820	6.903
Total	88.720	115.270

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.650	8.703
Contribuição O.C.E.	192	175
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	3.333	3.980
Contribuição Confederação Sicredi	20.853	14.407
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.150	1.843
Encargos da administração financeira	406	464
Repasso administradora de Cartões	2.522	2.298
Depreciação e amortização	2.983	1.765
Outras provisões operacionais	7.464	10.166
Outras despesas operacionais	10.602	6.245
Total	58.155	50.046

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	173.901	168.944
Coobrigações em cessões de crédito	99	-
Total	174.000	168.944

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	308.345	254.821
Nível I (NI)	308.345	254.821
Capital principal - CP	308.345	254.821
Capital social	177.497	153.626
Reservas de capital	135.683	103.309
Lucros acumulados	4.358	3.301
Ajustes Prudenciais	(9.193)	(5.415)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.876.909	1.541.669
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	6.898	4.159
Margem de Capital (i)	104.371	98.422
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,43%	16,53%
Situação de Imobilização (Imob)	69.814	52.506
Índice de Imobilização (Imob / PR)	22,64%	20,61%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Rogerio Machado
Diretor Executivo
CPF: 556.850.300-10

Walter Luiz Silva
Diretor de Operações
CPF: 556.349.749-68

Valdirene Aparecida Viegas
Contadora
CRC: PR-052480/O-6
CPF: 017.142.009-81